



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CLEONICIO FERREIRA DOS SANTOS

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA BAIANA:
ANÁLISE DOS REFLEXOS DAS POLÍTICAS DE INCENTIVOS FISCAIS
IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO ESTADUAL NA DESCENTRALIZAÇÃO DA
ATIVIDADE INDUSTRIAL**

**SALVADOR
2009**

CLEONICIO FERREIRA DOS SANTOS

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA BAIANA:
ANÁLISE DOS REFLEXOS DAS POLÍTICAS DE INCENTIVOS FISCAIS
IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO ESTADUAL NA DESCENTRALIZAÇÃO DA
ATIVIDADE INDUSTRIAL**

Trabalho de Conclusão do curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Bahia
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Guilherme Furtado Lopes

**SALVADOR
2009**

RESUMO

Esta monografia tem como finalidade discutir a questão referente aos projetos de desenvolvimento industrial do estado da Bahia em período recente e com base nos programas de incentivos fiscais promovidos pelo governo, observando se os novos investimentos realizados contribuíram para a superação das debilidades estruturais da sua economia dos quais se destacam: o baixo encadeamento produtivo local e a concentração espacial de sua indústria. Para tal, faz-se um estudo com base em revistas especializadas, livros e estudos generalizados sobre o tema.

Palavras-chave: Incentivo fiscal. Economia baiana. Indústria. Políticas públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Gráfico 1: Participação do Nordeste no PIB Brasileiro.....	23
Quadro 1: Produtos de exportação nos séculos XVI, XVII e XVIII.....	25
Gráfico 2: PIB da Bahia de 1950 a 1999.....	28
Gráfico 3: Participação da Região Metropolitana no PIB Estadual.....	34
Figura 1: Concentração Industrial no Estado da Bahia em 1996.....	35
Quadro 2 : Projetos Aprovados pelo PROBAHIA, 1991-2001.....	42

LISTA DE TABELA

- Tabela 1:** Sistema de Incentivos Fiscais Recursos Liberados para o Setor Industrial (de 1963 a julho de 1985) Indústrias Participação (%).....21
- Tabela 2:** Nordeste do Brasil Participação do Valor da Produção da Indústria Incentivada no Total da Indústria Regional, segundo Grupos e Gêneros Industriais – 1986.....21
- Tabela 3:** Distribuição Relativa do VTI, Segundo o Destino do Consumo 1949/60/70/80/85 no Nordeste.....22
- Tabela 4:** Projetos Aprovados pelo PROBAHIA, 1991-2001.....42
- Tabela 5:** Investimentos Realizados e Empregos Gerados na Indústria de Transformação, segundo o Eixo de Desenvolvimento, 1994-2004.....44
- Tabela 6:** Comportamento do Mercado de Trabalho Formal na Bahia em 2009 e nos últimos 12 Meses.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	PANORAMA DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL	10
2.1	POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA DA DÉCADA 30 ATÉ A DÉCADA DE 50	10
2.2	POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA NA DÉCADA DE 50.....	11
2.3	POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1960.....	11
2.4	POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 90.....	13
2.4.1	Estabilização monetária e programas de incentivos fiscais	14
2.5	O GOVERNO FEDERAL E O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA.....	16
3	PANORAMA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO NORDESTE	18
3.1	O INÍCIO EFETIVO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO NORDESTE (DA DÉCADA DE 1960 ATÉ OS ANOS 1980).....	18
3.2	ATIVIDADE INDUSTRIAL NO NORDESTE EM PERÍODO ATUAL.....	22
4	A INDÚSTRIA BAIANA	25
4.1	HISTÓRICO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NA BAHIA.....	25
4.1.1	O Centro Industrial de Salvador	26
4.1.2	O pólo petroquímico de Camaçari	26
4.1.3	O setor metalúrgico e a indústria de celulose	28
4.1.4	Complexo Ford: o desenvolvimento recente da indústria baiana	29
4.1.5	Região Oeste do Estado	31
4.1.6	Distribuição espacial da atividade industrial baiana	32
4.2	OS INCENTIVOS FISCAIS PARA A PROMOÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO MODERNA NA BAHIA.....	36
4.2.1	PROBAHIA, Desenvolve, Crédito Presumido: mecanismos eficientes de incentivo à atividade industrial na Bahia?	40
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A economia baiana moderna, marcada fortemente pelo crescimento e diversificação ocorridos ao longo dos últimos anos, apresenta taxas cada vez mais expressivas de expansão da sua produção. Sabe-se que as atividades empresariais no Estado têm passado por um importante processo de reconfiguração setorial, processo este que visa à consolidação de novos empreendimentos que acabam por dar mais competitividade aos variados setores econômicos aqui implantados.

De modo geral, é importante frisar que a chamada reconfiguração setorial consistiu numa estratégia de desenvolvimento que procurou privilegiar setores voltados para a produção de bens finais, bem como a integração de cadeias produtivas no Estado, ou seja, instalou-se um modelo de desenvolvimento amplamente diferente daquele adotado entre as décadas de 1950 e 1980.

Não se pode deixar de apontar, entretanto, que mesmo durante este período houve medidas fiscais do governo federal com a finalidade de gerar desenvolvimento econômico para a região nordeste. Contudo, tais esforços não lograram êxito suficiente a ponto de causar uma transformação significativa no modelo de desenvolvimento adotado na Bahia.

O novo modelo, que passou a funcionar, sobretudo, a partir do início da década de 1990, enfatizou a necessidade de desconcentração espacial da atividade industrial. No período anterior, verificava-se que os principais investimentos ocorridos contribuíam para criar uma economia concentrada, tanto do ponto de vista setorial, quanto do ponto de vista empresarial e espacial, fato que caracterizava o fenômeno da tríplice espacial descrito por Menezes (2002, p. 50).

Para que se tenha uma idéia do que isto significava para a produção baiana, do ponto de vista espacial, a atividade industrial estava amplamente concentrada na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em áreas compreendidas entre a Centro Industrial do Aratu (CIA) e o Pólo Petroquímico de Camaçari. Do ponto de vista setorial, o setor químico respondia por, pelo menos, metade da estrutura da indústria de transformação do Estado (PORTO, 2002), além do setor de metalurgia que respondia por nada menos que 15% da produção industrial.

Estes exemplos acima apontados servem para ilustrar o ambiente empresarial baiano anterior à década de 1990, bem como o desafio a que este novo projeto desenvolvimentista para o Estado viria oferecer uma solução.

Assim, este modelo de desenvolvimento será marcado por uma maior participação do Governo Estadual na atividade econômica, sobretudo com a criação de novas políticas de incentivo, cujo objetivo é promover uma diversificação na matriz industrial e uma maior dispersão das indústrias pelo Estado.

Em síntese, essas políticas tinham como objetivo dinamizar o setor industrial promovendo a sua descentralização e criando, para tanto, uma infra-estrutura adequada ao desenvolvimento das atividades e oferecendo vantagens para as indústrias que viessem a se instalar nas mais diversas regiões do Estado. Portanto, com o objetivo de estimular, através de incentivos financeiros, novos investimentos produtivos, o Estado instituiu o ProBahia (Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia) - Lei nº 6.335 de 31 de outubro de 1991 e Decreto nº 840 de 18 de dezembro de 1991 -, que é um projeto de incentivo fiscal baseado na devolução do ICMS, sob a forma de financiamentos, gerado pela produção industrial.

Não se pode perder de vista, entretanto, que os movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica observados no país ao longo da década de 1990, bem como as políticas de incentivo fiscal realizadas no período são elementos que devem também ser analisados para que se possa compreender o desempenho recente da economia do Estado.

Dessa forma, tendo por base a problemática acima apresentada, o objetivo fundamental desta pesquisa consiste em verificar se os programas PROBAHIA, DESENVOLVE etc. promovidos pelo Governo do Estado, podem ser considerados como instrumentos eficazes no processo de descentralização das indústrias na Bahia e, ainda, identificar as regiões que foram beneficiadas com as políticas de incentivo realizadas pelo Governo do Estado na busca pela interiorização das indústrias na Bahia, bem como analisar o processo de desconcentração industrial promovido pelas políticas do Governo do Estado.

Para tanto, esta monografia terá a seguinte estrutura:

- o primeiro capítulo apresentará um panorama da atividade industrial no Brasil, bem como o papel do governo federal no processo de descentralização da atividade industrial brasileira;
- o segundo capítulo apresentará o panorama da atividade industrial no nordeste, bem como a importância histórica e as características fundamentais desta região no funcionamento do sistema industrial brasileiro;
- o terceiro capítulo discutirá aspectos relativos à indústria baiana, bem como o seu desenvolvimento histórico, suas características fundamentais e, ainda, diversas questões relacionadas ao desempenho recente de suas atividades em resposta às políticas fiscais aplicadas como estímulo ao seu crescimento e modernização;
- o quarto e último capítulo, tópico conclusivo deste trabalho, dará, com base na pesquisa apresentada nos tópicos anteriores, resposta à problemática proposta para esta monografia.

Finalmente, é importante informar que este trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e análise comparativa de dados estatísticos publicados em revistas especializadas, livros, balanços publicados em meios eletrônicos etc.

2 PANORAMA DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL

A atividade industrial brasileira, do ponto de vista histórico, é marcada, sobretudo, pelo atraso. Foi apenas na década de 30 do século XX que se iniciou no país um processo de industrialização, quando toda a Europa e os Estados Unidos já haviam passado por complexos processos de industrialização das suas atividades econômicas. Antes desse período não havia uma preocupação com as chamadas políticas industriais, embora houvesse iniciativas esparsas e inconsistentes de atividade industrial.

O atraso do processo industrial brasileiro se dá por um conjunto de fatores associados basicamente à situação política do Brasil na segunda metade do século XIX. Assim, o trabalho escravo, com o qual se tornava impossível o surgimento de um mercado consumidor, que depende, por sua vez, de trabalhadores livres e assalariados; a elite agro-exportadora, que não tinha interesse em investir no setor industrial; e, por fim, a falta de uma estrutura jurídica adequada, bem como de incentivos governamentais, foram os fatores principais que geraram o atraso brasileiro no que diz respeito ao desenvolvimento industrial.

2.1 POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA DA DÉCADA DE 30 ATÉ A DÉCADA DE 50

Para que fique bastante claro, política industrial é, segundo Suzigan (1996), um conjunto de medidas e programas que direta ou indiretamente afetam o setor industrial. Dessa maneira, são parte de uma política industrial o plano geral indicativo, a formalização de diretrizes, a articulação com a política macroeconômica, organização institucional específica, investimentos em infra-estrutura econômica e em ciência e tecnologia, formação de recursos humanos especializados, treinamento de mão de obra etc.

Assim, uma ação mais articulada se inicia na década de 30 e vai encontrar uma coordenação mais específica por volta dos 50. Ainda no governo Getúlio Vargas, indústria brasileira ganhou um grande impulso. Medidas protecionistas e investimentos em infra-estrutura são os instrumentos mais utilizados deste período. É preciso destacar que durante a década de 30 há um crescimento significativo da indústria nacional.

2.2 POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA NA DÉCADA DE 50

Do ponto de vista do planejamento e da criação de órgãos fomentadores do desenvolvimento industrial, os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e de alguns outros institutos de economia serviram de base ao Programa Geral de Industrialização (PGI), elaborado no segundo governo Getúlio Vargas, mas não colocado em prática (BASTOS, 1996).

O segundo governo Getúlio é também responsável pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão bastante importante para a economia nacional. Não se pode esquecer também da criação do Parque Industrial Nacional, bem como o incentivo à criação de indústrias de base, tais como a Petrobrás e diversas outras empresas, incluindo empresas siderúrgicas etc.

O governo Juscelino Kubitschek, a partir dessa base instituída pelo Plano Geral de Industrialização elaborou o Plano de Metas, que se constituiu como a primeira experiência efetiva de planejamento que teve como elemento central uma estratégia abrangente de desenvolvimento econômico (SUZIGAN, 1996).

Durante o período acima mencionado, o desenvolvimento industrial brasileiro ganhou novo direcionamento. O presidente Juscelino Kubitschek abriu a economia para o capital internacional, fato que atraiu indústrias multinacionais, dentre elas as montadoras de veículos internacionais tais como a Ford, a General Motor, a Volkswagen e a Willys. Houve uma enorme diferença entre o projeto desenvolvimentista elaborado por Juscelino e o projeto desenvolvimentista elaborado por Getúlio Vargas. Enquanto o último primava pela idéia de nacionalismo, ou seja, pela emergência de uma burguesia industrial nacional; o segundo abriu as portas econômicas do país ao capital estrangeiro.

2.3 POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1960

A partir da década de 1960, com a eclosão do Governo Militar, a coordenação da atividade econômica brasileira passa a ser exercida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Há

diversas implementações realizadas pelo ministro Roberto Campos, e a partir daí a indústria nacional experimenta um ciclo de rápido desenvolvimento crescimento.

Segundo o autor Suzigan (1996, p. 48):

Apesar da retórica liberalizante do novo regime, o Estado desempenhou um papel ativo na expansão do mercado interno e na promoção da exportação de produtos manufaturados, que se somaram às condições favoráveis da economia mundial em termos de dinamismo do comércio internacional e de facilidades de aporte de capital externo de risco e por empréstimos de moeda.

Assim, a capacidade industrial instalada dos regimes anteriores junto aos esforços do novo governo foi fundamental para este novo rumo que era então dado à economia brasileira.

Novamente segundo Suzigan (1996), a formação de capital deste novo ciclo de desenvolvimento foi amplamente subsidiada pelo estado e se deu mediante três formas principais:

- redução ou isenção de impostos tais como o IPI, o ICMS etc. que incidiam sobre a importação de máquinas e produtos para serem utilizados na indústria;

- subsídios implícitos nos financiamentos de longo prazo para investimento industrial. As taxas de juros destes empréstimos oscilavam em índices inferiores aos da inflação;

- incentivos fiscais para investimentos industriais em áreas menos desenvolvidas.

A partir da década de 1980 o papel do estado na dinamização da produção industrial brasileira passa a ser menos ativo e, em decorrência desse processo, há uma estagnação do desenvolvimento que pode ser ainda explicada por fatores tais como a ineficiência tecnológica e a insuficiência de capital.

Este período ficou conhecido historicamente como a “década perdida”, ou seja, 10 longos anos de retração da atividade industrial e baixo crescimento econômico. O insucesso dos planos de estabilização da economia, bem como as crises financeiras, acabou por gerar um enorme aumento da dívida externa e da inflação.

Fatores externos foram cruciais para a derrocada econômica do período. A crise do petróleo, com o enorme aumento do valor de produto, desencadeou nos países dependentes da importação desta matéria-prima um enorme aumento nos seus custos de produção industrial, aumento tal que foi repassado para os produtos finais de modo a desestabilizar a economia de diversos países, gerando muita inflação e aumento da taxa de juros.

A consequência disto foi a recessão mundial, que gerou, uma diminuição drástica dos investimentos, acarretando uma situação geral de crise econômica em muitos países, mas sobretudo nos mais dependentes de capital externo.

Por fim, retomando a questão, é importante destacar que as políticas industriais brasileiras desenvolvidas até este período - subordinadas à lógica do processo de substituição de importações, que se caracteriza pela expansão da capacidade produtiva do país a partir da redução do coeficiente de importação da economia - beneficiavam quase que exclusivamente as regiões sul e sudeste do país, deixando as regiões norte e nordeste relegadas ao abandono e ao conseqüente atraso.

2.4 POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DE 1990

Segundo o autor Guimarães (1996, p. 7):

a nova política industrial e de comércio exterior definida no início do governo Collor vai significar uma ruptura com o padrão de política industrial vigente nas décadas anteriores, ao deslocar seu eixo central de preocupação da expansão da capacidade produtiva para a questão da competitividade.

A revisão dos incentivos ao investimento, à produção e à exportação, o apoio maciço à capacitação tecnológica da empresa nacional, foram novos métodos empregados para a consecução dos novos objetivos pretendidos para o empresariado nacional, entretanto, a exposição da indústria nacional à competitividade internacional foi uma consequência preponderante das novas políticas industriais.

Segundo Guimarães (1996, p. 19):

Como se viu, em seu desenho original essa política compreendia duas linhas de ação:

- 1) uma política de concorrência, que visava eliminar entraves ao aumento da eficiência do sistema produtivo, induzir as empresas à busca da competitividade e assegurar a transferência dos ganhos de eficiência ao consumidor (...)
- 2) uma política de competitividade, destinada a apoiar as empresas em seus esforços para aumentar sua eficiência e a induzir as transformações requeridas na estrutura produtiva.

Tais implementações só foram possíveis por conta da política de abertura econômica - que consiste na redução das tarifas alfandegárias, bem como na construção de um conjunto de diretrizes importantes para atrair investimento empresarial externo - promovida por este mesmo governo e levada adiante pelos governos posteriores.

A abertura econômica associada à estabilização da moeda, ou seja, ao Plano Real, foi importante para criar um ambiente de desenvolvimento industrial baseado na diversidade econômica e na desconcentração geográfica dos pólos produtivos, como já vem ocorrendo no Brasil.

2.4.1 Estabilização monetária e programas de incentivos fiscais

Os programas de estabilização monetária iniciados a partir dos anos 1990, basicamente o Plano Collor e o Plano Real, vieram acompanhados de propostas de reformas estruturais na direção de um novo modelo econômico, isto é, a implementação “de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais” (FILGUEIRAS, 2000, p.84), ou neoliberais, conforme classificação dos jornais e intelectuais brasileiros críticos de tais implementações.

A criação de um modelo acelerado de crescimento a partir da inserção do Brasil na chamada Globalização era um dos objetivos do Plano Real, que tinha como base a crítica ao sistema de substituição de importações, que se caracterizava basicamente por uma espécie de parceria entre o Estado e o empresariado nacional que tinha nas políticas econômicas praticadas pelo

governo, e não na eficiência e competitividade de sua produção, a única possibilidade de manter seus negócios em pleno funcionamento.

A criação de reservas de mercado, a partir de barreiras tarifárias e do fechamento da economia ao comércio internacional, foi durante bastante tempo a responsável por gerar uma estrutura produtiva com pouco dinamismo e sem capacidade de inovação. Tal modelo, o de substituição de importações, à medida em que oferecia a proteção de mercado e garantia de lucros às indústrias nacionais, enfrentaria de qualquer maneira a estagnação da taxa de crescimento da produtividade.

Neste sentido, um novo modelo de desenvolvimento deveria conjugar crescimento com ajuste fiscal e melhoria dos salários e da produtividade. O aumento da produtividade econômica sustentaria a melhoria dos salários que, por sua vez, seriam repassados para a economia através do consumo de bens e serviços.

O aumento da produtividade passaria também por um aumento no investimento. Entretanto, este investimento deveria ser realizado pelo capital internacional, uma vez que o modelo anterior de desenvolvimento, sustentado pelos investimentos públicos, não se mostraram eficazes, ou seja, contribuíram para aumentar enormemente o gasto público, que era sustentado, por sua vez, pelo aumento generalizado dos impostos, o que diminuía drasticamente o poder aquisitivo da população.

O mercado externo passou, assim, a ocupar um papel mais destacado na estratégia de desenvolvimento do estado da Bahia, uma vez que o mercado interno não seria mais capaz de absorver toda nova produção dos bens de elevado conteúdo tecnológico e alto valor agregado.

Por fim, os incentivos fiscais funcionariam como um atrativo fundamental para a realização de investimentos. A exploração da capacidade de organização empresarial decorrida dos ajustes fiscais possibilitados pela estabilidade monetária gerariam os meios possíveis para a realização de um novo modelo de desenvolvimento, que foi o que de fato aconteceu no Brasil a partir do início dos anos 1990.

2.5 O GOVERNO FEDERAL E O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA

O papel do governo federal no processo de descentralização da atividade industrial do Brasil é de fundamental importância para que se compreenda corretamente o que vem sendo discutido nesta pesquisa.

Sabe-se que a distribuição espacial da indústria brasileira, com acentuada concentração na região sudeste do país, foi determinada por um processo histórico que delegava à cidade de São Paulo a liderança dos investimentos econômicos, e isto se dava por diversos fatores, dentre os quais o fato do estado possuir, por conta da cafeicultura, os principais fatores para instalação das indústrias, a saber: capital, mercado consumidor, mão-de-obra e transportes.

Além disso, a atuação do governo federal, no passado, através de diversos planos governamentais, como o Plano de Metas, por exemplo, acentuou esta concentração no Sudeste. A partir desse processo industrial e respectiva concentração, o Brasil, que não possuía um espaço geográfico nacional integrado, tendo uma estrutura de arquipélago econômico com várias áreas desarticuladas, passa a se integrar. Esta integração reflete nossa divisão inter-regional do trabalho, sendo tipicamente centro-periferia, ou seja, com a região Sudeste polarizando as demais.

A partir da década de 1990, vem ocorrendo, entretanto, uma inversão deste processo. Dentro da Região Sudeste, por exemplo, há uma tendência de saída de empresas do ABC Paulista, buscando menores custos de produção do interior paulista, no Vale do Paraíba ao longo da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Estas áreas oferecem, além de incentivos fiscais, menores custos de mão-de-obra, trânsitos menos congestionados e, por se tratarem de cidades de tamanho médio, melhor qualidade de vida (GUIMARÃES, 1996).

Entretanto, a distribuição econômica ainda não é exatamente o que se deseja. Em matéria publicada pelo jornal Valor Econômico do dia 27 de novembro de 2007, a apresentação dos dados do IBGE sobre as economias regionais demonstra que o PIB de São Paulo responde por mais de um terço do total do país. Somando-se as participações dos quatro estados do Sudeste, 56,5% do PIB nacional são oriundos dessa região. Entretanto, somando a contribuição do Norte e do Nordeste, apenas 18,1% do PIB são provenientes dessas regiões.

Todo este processo de descentralização vem ocorrendo na esteira da promulgação da Constituição de 1988, que ressaltou o compromisso com a institucionalização de valores democráticos e, sendo assim, a descentralização ocorre aí como um mecanismo de suma importância para a efetivação de uma verdadeira democracia no Brasil.

3 PANORAMA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO NORDESTE

A atividade industrial no nordeste brasileiro sempre figurou no debate político nacional como um problema de difícil resolução e como um desafio a que os mais diversos governos vêm procurando oferecer uma resposta eficiente e capaz de solucionar o conflito.

3.1 O INÍCIO EFETIVO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO NORDESTE (DA DÉCADA DE 1960 ATÉ OS ANOS 1980)

O avanço das forças produtivas na região nordeste está bastante ligado à industrialização experimentada pelo Brasil na fase do chamado capitalismo tardio. É a partir desse processo que começam a ser acentuadas diferentes posições regionais nos ramos de produção.

Os fundamentos dessa política de industrialização foram formulados a partir das diretrizes gerais apontadas no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1959. A política de desenvolvimento adotada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) teve por base este documento.

Este estudo tinha como princípio a busca do desenvolvimento social da região e via na industrialização uma maneira de diversificar as fontes de crescimento regional e de reverter à tendência da região à atividade de exportação de produtos primários, como era característica até então da atividade econômica do nordeste.

Conforme o estudo Os incentivos financeiros à industrialização do nordeste e a escolha de tecnologias (GOODMAN; SENA; ALBUQUERQUE, 1971, p. 2):

[...] o plano de ação que emergiu do documento recomenda, especificamente, política de industrialização visando a (i) reorganização e modernização das indústrias tradicionais, especialmente a têxtil; (ii) a instalação de “indústrias de base”, inclusive de um “núcleo de indústria siderúrgica”, estimulador dos gêneros metalúrgico e mecânico e, (iii) o desenvolvimento sistemático de atividades produtivas voltadas para o aproveitamento das matérias-primas regionais.

Tais recomendações teriam por conseqüência, obviamente, a criação de uma fonte de crescimento autônoma na região nordeste. Através dos incentivos fornecidos pelos arts. 34/18, dispositivo que autorizava as empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias no Nordeste a reduzirem em até 50% o imposto de renda devido à União, a SUDENE transformou a industrialização no eixo do crescimento econômico da Região e diminuiu os laços de complementaridade desta última com o setor agrícola local e o mercado regional.

É importante verificar que a industrialização daí resultante teve como característica principal o fato de que o novo surto econômico desenvolvido na região tinha como liderança o sudeste, ou seja, no geral, esta indústria passou a acompanhar a dinâmica nacional, assumindo um papel de dependência em relação ao Sudeste, uma vez que nem envolveu o departamento de produção de bens duráveis de luxo nem o departamento dos bens de capital.

Quanto à localização destas indústrias, outra característica marcante foi a concentração espacial, com amplas vantagens para as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza, por conta de suas boas condições de infra-estrutura.

De acordo com o autor Ferreira (1995, p. 161):

[...] das 910 indústrias incentivadas através do mecanismo 34/18-FINOR, 63,6% se localizavam nos estados da Bahia (19,5%), de Pernambuco (24,3%) e do Ceará (19,8%). Ademais, daquele total de indústrias incentivadas, 46,9% se localizavam nas regiões metropolitanas daqueles respectivos Estados. Sendo 17,4% na Região Metropolitana de Recife, 15,9% na de Fortaleza e 13,6% na de Salvador.

Em síntese, a região nordeste, que inicialmente havia assumido o papel de fornecer matéria-prima e produtos intermediários para as demais regiões, a partir do processo de industrialização impulsionado pela SUDENE na década de 1960 começa a se integrar à economia nacional não mais comercialmente, mas sim através do seu parque produtivo.

Dessa forma, a região passa a receber capitais produtivos do Centro-Sul. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com sua visão de que as regiões deveriam atuar de forma a se complementarem economicamente, fortaleceu, ainda mais, essa característica da economia

local. Assim, foram feitos altos investimentos nos setores químico, metalúrgico e de borracha, consolidando, dessa forma, a indústria de bens intermediários como a de maior peso da Região.

É importante destacar que o II Plano Nacional de Desenvolvimento foi criado em 1974 pelo então presidente da República, o general Ernesto Geisel, e tinha como finalidade o aumento da produção de alimentos e de energia. Além do mais, este plano recebeu amplos investimentos do empresariado nacional.

Então, o II PND procurou reduzir as importações de energéticos tais como o petróleo, por exemplo, estimulando a geração de energia elétrica; estimulou-se também a exportação de minérios, com a finalidade de gerar receitas de exportações; e passou-se a ampliar o parque industrial doméstico com vistas à substituição da importação de bens de capital e insumos básicos.

De acordo com o estudo Nordeste, economia e mercado de trabalho (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997, p. 3):

O dinamismo que se instalou a partir de então repercutiu na economia nordestina ensejando transformações que, superando o quadro de letargia e atraso, assumiram vários aspectos. Em primeiro lugar, além de implicarem a expansão do produto regional, com taxas de crescimento superiores às da economia brasileira como um todo, tais mudanças traduziram-se em ponderável participação do investimento na renda interna e, portanto, em notável capacidade de acumulação no período 1965-1979 (6). Em segundo lugar, ao alterarem a estrutura produtiva, introduziram novos processos de trabalho que trouxeram, de um lado, redução da demanda de mão-de-obra em determinados subsetores da indústria como a têxtil; de outro, a expansão dessa mesma demanda, em decorrência dos investimentos em atividades industriais anteriormente inexistentes.

De qualquer modo, este período foi de amplo crescimento na economia nordestina e a economia aí desenvolvida encontrava na produção de bens intermediários o seu principal caminho para a obtenção do sucesso, conforme quadro apresentado.

Tabela 1: Sistema de Incentivos Fiscais, Recursos Liberados para o Setor Industrial (de 1963 a julho de 1985) Indústrias Participação (%)

INDÚSTRIAS	PARTICIPAÇÃO (%)
A. Bens de consumo não-duráveis	31,3
B. Bens intermediários	57,2
C. Bens de capital e consumo duráveis	11,2
TOTAL	100

Fonte: SANTOS, 1994

O quadro acima demonstra claramente a função de complementaridade da economia nordestina durante o período que vai de 1965 a 1980. Outro fato que se deve observar é a concentração de investimentos em áreas específicas, situação que contraria a idéia de diversidade industrial das economias modernas.

O quadro 2 (abaixo) demonstra que a maior parte da produção industrial deste período pertence a empresas que foram beneficiadas pelos incentivos da SUDENE, evidenciando que o caráter do projeto desta superintendência era o de transformar o nordeste numa zona econômica complementar ao centro-sul do país.

Tabela 2: Nordeste do Brasil Participação do Valor da Produção da Indústria Incentivada no Total da Indústria Regional, Segundo Grupos e Gêneros Industriais – 1986

Grupos e gêneros industriais	Participação relativa da indústria incentivada no valor da produção regional (%)
1. Indústria extrativa mineral	13,4
2. Indústria de transformação	51,7
A. Bens de consumo não duráveis	19,2
B. Bens intermediários	59,9
C. Bens de consumo duráveis	47,8
Total	51,2

Fonte: SANTOS, 1994

O censo industrial do nordeste do ano de 1949 ao ano de 1985, conforme quadro abaixo, revela mais uma vez o forte crescimento do setor de bens intermediários.

Tabela 3: Distribuição Relativa do VTI, Segundo o Destino do Consumo 1949/60/70/80/85 no Nordeste

Subsetores da Indústria de Transformação	1949	1960	1970	1975	1980	1985
Bens de consumo não-duráveis	82,5	65,7	57,4	46,6	36,4	41,0
Bens intermediários	16,2	31,1	34,9	41,9	50,2	49,3
Bens de consumo duráveis de capital	1,3	3,2	7,7	11,5	13,4	9,7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: SANTOS, 1994

3.2 ATIVIDADE INDUSTRIAL NO NORDESTE EM PERÍODO ATUAL

O período mais recente da industrialização nordestina resulta das novas realidades da política brasileira, que se caracteriza, por sua vez, por uma crescente internacionalização econômica.

Esta última consolida um processo de industrialização bem mais flexível em que o capital se articula estrategicamente pelo espaço, razão pela qual a migração dos investimentos para o interior do Brasil tornou-se uma constante. A nova modalidade de competição fiscal e financeira se ergue, colocando as unidades da Federação numa disputa em que o benefício fiscal acaba por se tornar uma arma indispensável.

A partir de 1994, a economia brasileira foram marcados pelo sucesso da estabilização monetária e por um processo de descentralização do poder político, bem como do poder econômico, fato gerador de muitas conseqüências para a região nordeste.

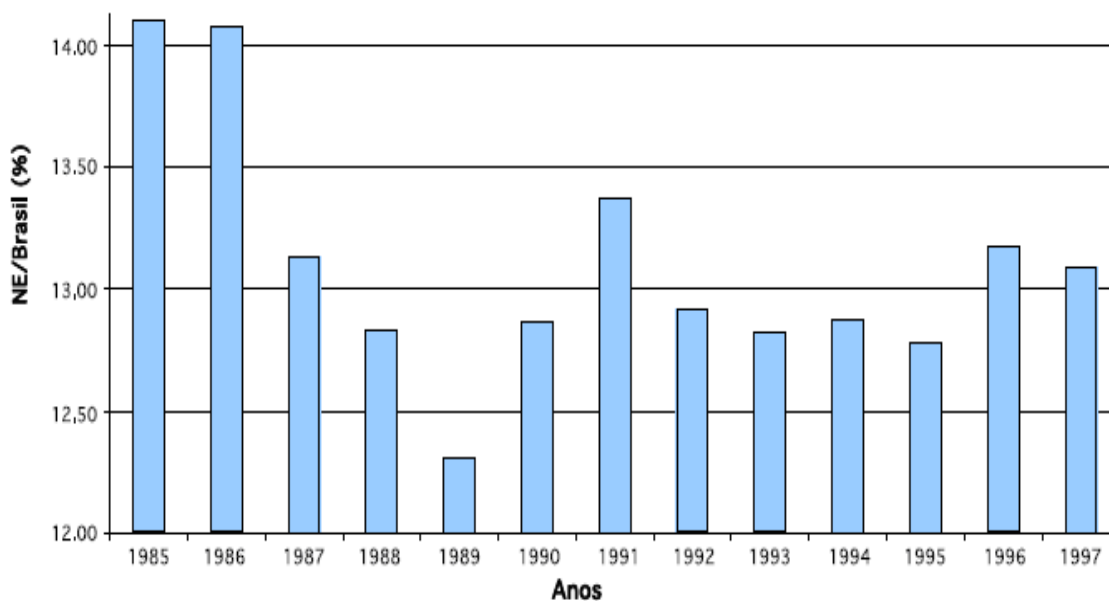


Gráfico 1: Participação do Nordeste no PIB Brasileiro.
Fonte: IBGE, 1999

A participação da economia do nordeste no PIB brasileiro, conforme pode ser visto no quadro acima, sofre uma queda acentuada no final da década de 1980, fruto da redução de investimento no setor industrial, e esta redução foi causada pela retração da atividade econômica ocorrida no período.

Alguns autores afirmam que a entrada do Brasil no MERCOSUL foi também um fato que, num primeiro momento, contribuiu para a retração da atividade industrial da região, uma vez que o aumento da competitividade fez com que diversas empresas tivessem que reavaliar o seu papel produtor.

Outra questão fundamental em que se deve pensar quando se reflete a dinâmica industrial nordestina recente está relacionada ao fato de que a abertura econômica promovida pelas reformas ocasionadas pelo Plano Real também, num primeiro momento provocou uma diminuição dos resultados econômicos da região. Ou seja, a abertura econômica acabou por gerar uma enorme concorrência ao empresariado local, sobretudo por conta da abertura aos países do MERCOSUL, e este fato provocou, num primeiro instante uma pequena retração nos resultados econômicos da região.

Entretanto, conforme aponta o próprio gráfico, o fim da década de 1990, bem como o início do novo milênio, marca a retomada do crescimento da atividade industrial nordestina.

4 A INDÚSTRIA BAIANA

A Bahia é o maior estado nordestino, bem como o que apresenta maior atividade industrial, uma vez que dos pólos industriais mais importantes da região, a maior parte deles está localizada em terras baianas, a exemplo do pólo petroquímico de Camaçari e da Centro Industrial de Aratu (CIA). Foi, dessa forma, um dos estados que mais se beneficiou com o processo de industrialização do Nordeste com a adoção de inúmeros investimentos e estímulos, vindo a se tornar, a partir de então, um dos principais responsáveis pela dinâmica industrial da região.

4.1 HISTÓRICO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NA BAHIA

Na Bahia, a principal característica da economia, até a década de 1950, era a produção cacaeira focada nas exportações, ou seja, a produção e exportação de produtos primários – modelo de atividade industrial implementado desde os séculos iniciais da colonização do Brasil.

Os principais produtos de exportação nos Século XVI : Pau-brasil, Açúcar e Algodão; Século XVII: Açúcar, algodão, Pau-brasil e Fumo; Século XVIII: Açúcar, Aguardente Fumo, Farinha de mandioca, algodão e Ouro

Este modelo econômico era bastante frágil principalmente por dois motivos. Primeiro, embora houvesse outras indústrias em Ilhéus, a limitação territorial do cultivo do cacau, uma vez que o cacau era produzido apenas em Ilhéus e regiões adjacentes, e ainda o fato dele ser a base de todo o desenvolvimento desta localidade. Segundo, por este modelo provocar uma espécie de restrição na dinâmica econômica em todo o estado (GUIMARÃES NETO, 1989).

Este paradigma começa a mudar, sobretudo, com a descoberta do petróleo na região do Recôncavo Baiano, o que possibilitou a construção de refinarias de petróleo como a Landulpho Alves (RLAM), dando início a transformações significativas na produção industrial do estado baiano (SANTOS, 2007), a exemplo da formação de um complexo minero-metalúrgico em Candeias na década de 60. Assim, a agroindústria dá lugar à indústria petroquímica e a outras atividades industriais mais avançadas.

4.1.1 O Centro Industrial de Salvador

A localização de Aratu fornecia condições favoráveis aos novos investimentos tais como energia elétrica abundante, procedente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf); um grande porto com terminal de granéis sólidos pronto para operar; disponibilidade de área considerável; suprimento de água oriundo de mananciais e barragens e uma malha rodoviária composta pela BR-324, BR-116, BR-101, além das linhas da Rede Ferroviária Federal.

Então, por conta de todas estas vantagens, em 11 de abril de 1966, a Lei 2.321 oficializou a decisão governamental de construir, na região metropolitana de Salvador, junto à Baía de Aratu, um distrito industrial de grande porte.

No início, Aratu manteve a posição de maior parque industrial de todo o Nordeste, em número de unidades, volume de investimentos e absorção de mão-de-obra. No entanto, apesar da grande expectativa inicial gerada em torno do CIA, o primeiro parque fabril baiano experimentou a estagnação cerca de dez anos após ser implantado. O final dos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE e do Banco do Nordeste coincidiu também com o período em que muitas empresas encerraram suas atividades na região.

É importante destacar que muitas empresas que aí se instalaram naquele período não tinham condições de dar prosseguimento às suas atividades sem os incentivos federais. Neste sentido, a ausência de critérios e garantias econômicas viáveis para a instalação dessas indústrias acabou fazendo com que o fim dos incentivos fiscais gerasse a falência dessas empresas.

4.1.2 O pólo petroquímico de Camaçari

A implantação do Pólo Petroquímico, entre 1975 e 1985, foi um outro momento fundamental para a indústria baiana. Na verdade, depois da construção do Centro Industrial do Aratu e do início da atividade de exportação de petróleo, é o momento mais importante da indústria baiana.

Dessa forma, o pólo petroquímico, concebido inicialmente pelo economista baiano Rômulo Almeida, foi um projeto implantado de acordo com os planos do II Projeto Nacional de

Desenvolvimento que recebeu volume muito alto de investimentos (viabilizados por incentivos fiscais e financeiros), e está localizado em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador com o objetivo de aumentar a participação da indústria no PIB (Produto Interno Bruto) baiano, descentralizar a produção de petroquímicos no país, a partir, sobretudo, da transformação dos insumos processados pela RELAN, e diversificar a cadeia produtiva local (GUIMARÃES NETO, 1989).

Considerado um dos maiores complexos industriais do mundo, é mais um ícone da mudança da atividade industrial baiana e, por conseguinte, mola propulsora de profundas transformações nos indicadores econômicos do Estado. Empreendimento, cujo gérmen foram as iniciativas estatais, inclusive no que tange às pesquisas Segundo Oliveira (2007, p. 1):

O Pólo de Camaçari iniciou suas atividades sob o modelo tripartite, em que o Estado, pela Petroquisa (subsidiária da Petrobrás), tinha participação expressiva no controle acionário da maioria das empresas, partilhando-a com o com o capital estrangeiro (que aportou no Complexo Industrial trazendo tecnologia) e com alguns empresários privados nacionais, ainda reticentes quanto à disposição de investir em empreendimentos de longo prazo de maturação, intensivos em capital e tecnologia.

O pólo petroquímico representa, sem dúvida, a culminância dos projetos de incentivo e dos planos de desenvolvimento adotados para a região. Dessa maneira, é importante verificar que estes empreendimentos aqui citados modificaram de maneira cabal a estrutura industrial da Bahia, conforme apresenta o quadro a seguir.

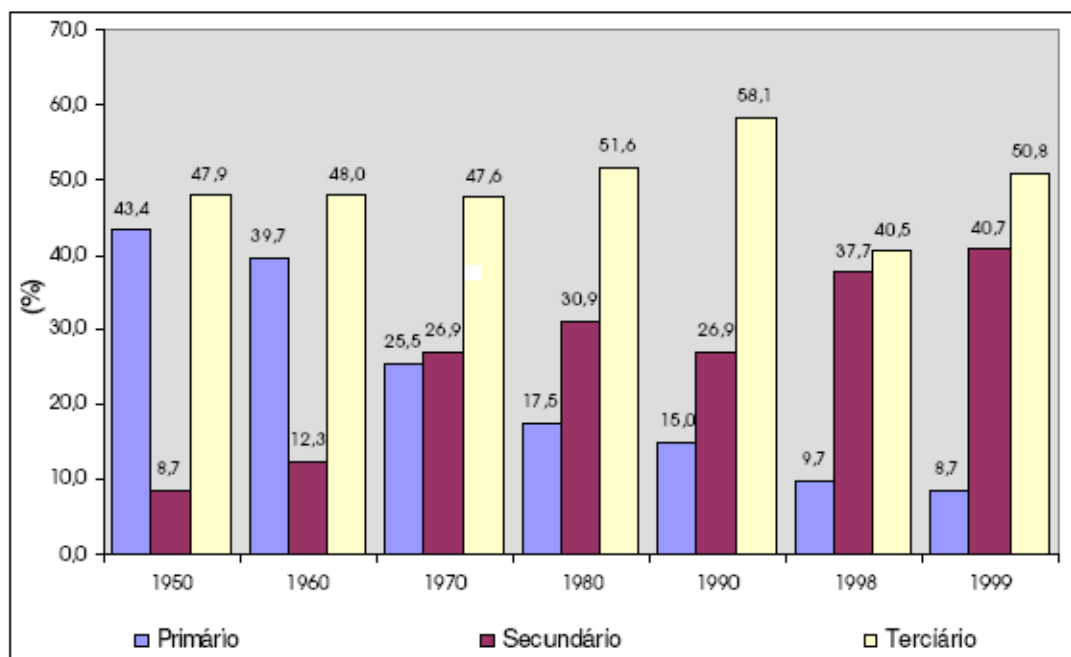


Gráfico 2: PIB da Bahia de 1950 a 1999.

Fonte: IMIC, 2000

Este quadro permite verificar na estrutura do Produto Interno Bruto baiano que a partir do avanço dos anos o peso da produção de produtos primários na economia baiana vai caindo cada vez mais. E esta queda vem acompanhada do aumento da participação dos setores secundário e terciário da economia, ou seja, aumento que ocorre em função do desenvolvimento industrial do estado até a década de 1990.

4.1.3 O setor metalúrgico e a indústria de celulose

O setor metalúrgico é um setor muito importante da indústria de transformação baiana. Empresas como a USIBA, a SIBRA, a FERBASA e a Caraíba Metais fazem parte deste setor atuam neste setor e respondem por quase 80% do valor agregado dele. Este campo da atividade econômica baiana se divide em seis grupos: produtos siderúrgicos; ferro-ligas; metais não-ferrosos; fundição e produtos siderúrgicos diversos (GUERRA ; GONZALEZ, 1996).

É importante frisar, entretanto, que na metade da década de 80, este setor empregava cerca de 20 mil pessoas, número que em meados da década de 1990 já havia diminuído para 8 mil. E

isto por conta dos anos de recessão e da drástica redução dos investimentos da Petrobrás na exploração e produção de petróleo, pois muitas dessas empresas se instalaram na Bahia para atender às necessidades de equipamento da estatal petrolífera.

Dessa maneira, as possibilidades de expansão da indústria baiana apontavam para a indústria de celulose. Segundo Guerra e Gonzalez (1996, p. 55):

Somando os anos de 1992 e 1993, as atividades ligadas à produção de papel e celulose foram as que mais cresceram (95,3%). Segundo estimativas, elas deveriam passar dos 2% de participação no Valor Agregado Industrial no início dos anos 90, para aproximadamente 16% no final daquela década.

As boas condições climáticas favoráveis ao cultivo do eucalipto; a ótima produtividade que alcança o setor florestal baiano, chegando a ser mais de dez vezes superior à de vários países produtores; e a disponibilidade de terras para reflorestamento, fato muito importante para o setor, permitem que a Bahia, embora tenha sofrido no final da década de 1980 uma diminuição do crescimento do setor devido a questões mais ligadas à concorrência entre os países produtores, continue sendo um local importante para a industrialização da celulose.

4.1.4 Complexo Ford: o desenvolvimento recente da indústria baiana

Em 1990, a Região Metropolitana de Salvador era responsável por 57,2% do total do emprego gerado na indústria de transformação e extrativa mineral do Estado (63.459 empregados), sendo que, deste percentual, 38% tinha origem nos segmentos da indústria química, 12,9% nos setores de produtos alimentícios, 9,1% têxteis, 8,4% metalúrgico, 7,9% minerais não-metálicos e 6,8% papel, papelão, editorial e gráfica (GUIMARÃES NETO, 1989).

Do total de estabelecimentos industriais, 40,2% estavam localizados nesta microrregião, tendo as maiores participações os setores da indústria de produtos alimentícios (16,5%), têxteis (15,8%) e química (13%). O tamanho médio dos estabelecimentos industriais (em número de empregados) era superior à média estadual (41 contra 29), bem como o nível de remuneração média dos trabalhadores (8,4 contra 6,2 SM). Entre 1990 e 2005 aumentou sua participação relativa no total de empregos desta região de 17,7% para 20,45%, crescendo, portanto, sua importância no cenário regional.

Entretanto, analisando apenas o intervalo entre os anos de 1990 e 1998, houve diminuição no número de empregos industriais na RMS (exceto em 95), inclusive nos gêneros mais dinâmicos da indústria, como o gênero químico, por exemplo. A recuperação ocorreu apenas a partir de 99 e manteve-se até 2005 de forma bastante positiva (63.505 empregos formais, que representavam 38,8% do total da indústria baiana), o que pode indicar uma continuidade deste movimento. A abertura comercial promovida pelo governo Collor fizeram com que as empresas do pólo petroquímico tivessem que se readaptar ao mercado, de modo que muito desta queda no número de empregos ocorreu como um reflexo desta readaptação da indústria.

O número de estabelecimentos industriais oscilou bastante durante todo o período, estabelecendo-se em 2005 em níveis superiores aos observados em 1990 (aumentou de 1.560 para 2.621 – total da indústria), em praticamente todos os setores, com destaque para os setores de produtos alimentícios, têxteis e químicos, porém a participação no total da indústria do estado caiu para 31,9% (GUIMARÃES NETO, 1989).

O tamanho médio dos estabelecimentos industriais acompanhou a média estadual, caindo de 41 para 24, devido principalmente à adoção de novas técnicas de produção. O mesmo ocorreu com a remuneração média dos trabalhadores, mas esta se manteve durante todo o período acima da média da indústria, estabelecendo-se em 5,4 salários mínimos em 2005, graças aos gêneros dinâmicos da indústria (química, mecânica, elétrica etc.).

Mas apesar deste comportamento não muito favorável entre 1990-05, a Região Metropolitana de Salvador continua a ser a principal responsável pela dinâmica industrial na Bahia, impulsionada principalmente pela indústria petroquímica. Não se pode deixar de destacar que, quando comparada a outras microrregiões nordestinas, esta área apresenta uma estrutura industrial bem mais diversificada, que contribui de forma significativa para o desenvolvimento industrial do Estado.

Salienta-se, também, o desempenho que a indústria de materiais de transporte obteve nos últimos anos, após a implantação do complexo FORD Nordeste na Bahia, uma vez que a mesma aumentou significativamente a sua participação na indústria local (de 0,93% em 1990, para 10,5% em 2005), contando, inclusive, com um nível de remuneração superior a média da RMS (6,0 contra 5,4 salários mínimos).

Segundo Bonfim (1999), o Projeto Amazon da Ford foi implantado em Camaçari na Bahia contemplando um investimento total de US\$ 1,3 bilhão e a perspectiva de produzir 250 mil veículos de cinco modelos por ano e gerar 5 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. Para atrair a Ford para a Bahia, o governo do Estado derrotou propostas de outros estados oferecendo uma série de incentivos fiscais e financeiros, além do terreno, já devidamente terraplanado, fato que significou a redução do tempo de instalação, onde foi implantada a indústria.

Assim, é possível afirmar que, embora tenha havido um longo período de retração empresarial durante toda a década de 1980, indo até meados da década de 1990, nos últimos anos a economia baiana tem apresentado um desempenho bastante positivo, com resultados superiores aos registrados para o conjunto do país. De acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o estado conseguiu aumentar a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 4,2%, em 1996, para 4,6%, em 2002.

Ainda segundo a SEI, houve um notável aumento na participação da indústria de transformação no PIB do estado, ou seja, ele passou de 20,1%, em 1996, para 27,9%, em 2002. De qualquer maneira, é importante frisar que os últimos anos têm sido positivos para o desenvolvimento industrial da Bahia, conforme apontam os dados analisados.

Entretanto, uma questão que se coloca quando se reflete esta questão diz respeito à concentração desta atividade, ou seja, se este crescimento tem revelado uma melhor distribuição da riqueza.

É importante salientar que o desenvolvimento dessa região do estado é bastante recente. Assim, entre os anos de 1991 e 2000, a economia dessa região cresceu cerca de 246%

4.1.5 Região Oeste do Estado

A região Oeste do estado baiano se destaca, do ponto de vista econômico, pelo crescente desenvolvimento do setor relativo ao agronegócio. Tal região é composta por todo o território

da Mesorregião do Extremo Oeste e parte dos municípios da Mesorregião do Vale do São Francisco, perfazendo um total de 23 municípios. São eles: Angical, Baianópolis, Barreiras, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santana, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Desidério, São Felix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

A cultura da soja, do milho, do algodão, do feijão, do arroz e do café cultivado fazem dessa região a maior produtora de grãos do nordeste e uma das maiores do país. São cultivados aí cerca de 1,4 milhão de hectares. Além disso, a cadeia produtiva de óleos vegetais é bastante estruturada e competitiva.

Entretanto, o crescimento econômico do oeste baiano não foi acompanhado pelo desenvolvimento social. A política de concentração de renda vigorou também as áreas atingidas pelos investimentos em saúde, educação, saneamento básico, dentre outros, resultando em um espaço marcado pelas desigualdades das condições de vida. O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado a partir dos dados dos censos de 1991 e 2000, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra o baixo Índice de Desenvolvimento Humano da região em destaque e a já mencionada concentração de renda.

4.1.6 Distribuição espacial da atividade industrial baiana

Ao analisar a distribuição espacial das indústrias no Estado da Bahia, verifica-se que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) possui vantagens que foram adquiridas e consolidadas com o passar do tempo. Isso propiciou a criação das chamadas economia de aglomeração e favoreceu a atração de novas indústrias ou ampliação das já existentes. Entende-se “economia de aglomeração” como as facilidades que surgem com as externalidades promovidas pela concentração industrial. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PORTER, 1998, p. 174):

É a redução dos custos de produção em função das externalidades (vantagens ou facilidades) proporcionadas pela existência de outras atividades que se situam próximas (aglomeradas). Por exemplo, a existência de mão-de-obra, produtores, de insumos, comércio, serviços, assistência técnica, etc., concentrados e próximos à unidade de produção.

Para Porter (1998), a localização de uma indústria está condicionada a custos de fatores de produção, dentre eles se destacam a mão de obra e as leis governamentais. Porter ainda considera a participação do governo como um forte mecanismo de atração e direcionamento de investimentos voltados para a indústria. Ou seja, as vantagens competitivas associadas às políticas de incentivo estatais podem constituir um conjunto de fatores determinantes na localização de uma indústria.

Para Darzé Filho (2002, p. 4), o processo de industrialização baiano nasce com objetivos direcionados à descentralização industrial. Com incentivos oriundos do Governo Federal, pensou-se, inicialmente, na descentralização em âmbito nacional. Ele ainda afirma que:

[...] a estratégia do Governo Federal era promover o crescimento de outras áreas do país que fossem bem mais dotadas de recursos naturais de recursos naturais, mão-de-obra barata, localização e outras vantagens competitivas, estimulando a atração de indústrias potenciais [...]

Spinola (2007), em um estudo minucioso publicado pela Revista Bahia Análise & Dados, mostra que a iniciativa estatal em elaborar políticas voltadas para a diversificação das atividades industriais na Bahia foi motivada principalmente pela falta de interesse da iniciativa privada pelo setor. Tal desinteresse foi diagnosticado com a elaboração de um relatório de autoria do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e Comércio, criado em 1964. Neste mesmo estudo o autor mostra que houve um forte jogo político, no qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que até então financiava projetos, estava interessado em participar do controle acionário de projetos por ele financiados.

Não é necessária uma análise muito acurada para se compreender que isso pode ser atribuído ao fato de a Região Metropolitana de Salvador possuir vantagens competitivas que a colocam em uma condição favorável em relação a outras regiões do Estado. Dentre tais vantagens destacam-se: facilidades de transporte (rodovias, portos), que propiciam rapidez no

escoamento dos produtos, água, energia elétrica, abundância de mão-de-obra, entre outros. A análise do quadro abaixo é importante para dar uma idéia do que vem a ser esta concentração.

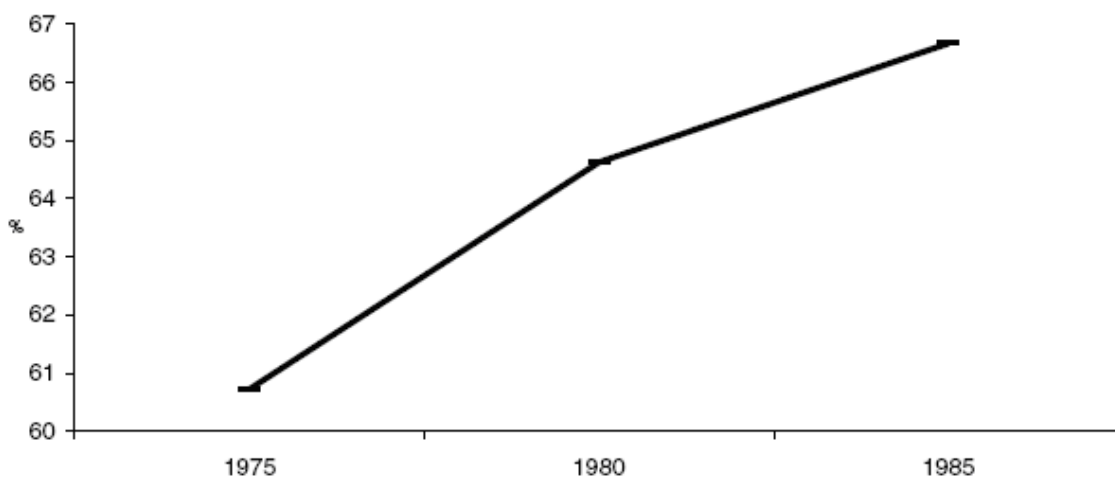


Gráfico 3: Participação da Região Metropolitana no PIB Estadual.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos por PORTO, 2002

As condições geográficas e ambientais, apenas, não são fatores determinantes na configuração do mapa industrial de um estado. É necessária a combinação de vários fatores, locais, que viabilizem a sobrevivência das indústrias, isto é, é necessária a combinação de fatores que promovam a redução nos custos de produção.

Evidentemente, a convergência dos investimentos naquela direção era proveniente de vantagens comparativas prévias, pois os principais municípios da Região Metropolitana de Salvador dispunham de uma base constituída de indústrias, serviços e infra-estrutura, montadas durante as décadas de 60 e 70, fator que acabava pesando decisivamente na alocação dos investimentos e neutralizando, até certo ponto, a decisão oficial anunciada (BALANCO; NASCIMENTO, 2005, p. 41).

Outro fator que se deve levar em consideração é a questão do faturamento. Por centralizar um maior número de indústrias, a RMS também possui uma maior participação no faturamento das atividades industriais da Bahia.

Em relação à distribuição e ao grau de concentração espacial da indústria baiana verifica-se que quatro municípios concentravam 71,05% do faturamento industrial do Estado, localizando-se todos eles na Região Metropolitana de Salvador - RMS, e relacionados a seguir pela ordem de importância: Camaçari, São Francisco do Conde, Simões Filho e Salvador. Outro aspecto importante é que todos se situavam na classe de faturamento superior a R\$ 1 bilhão. Somando-se a estes, os dois primeiros da classe seguinte, Candeias e Dias D'Ávila, também localizados na RMS, a participação do conjunto alcança 79,9%. (PETITINGA, 1999, p. 83).

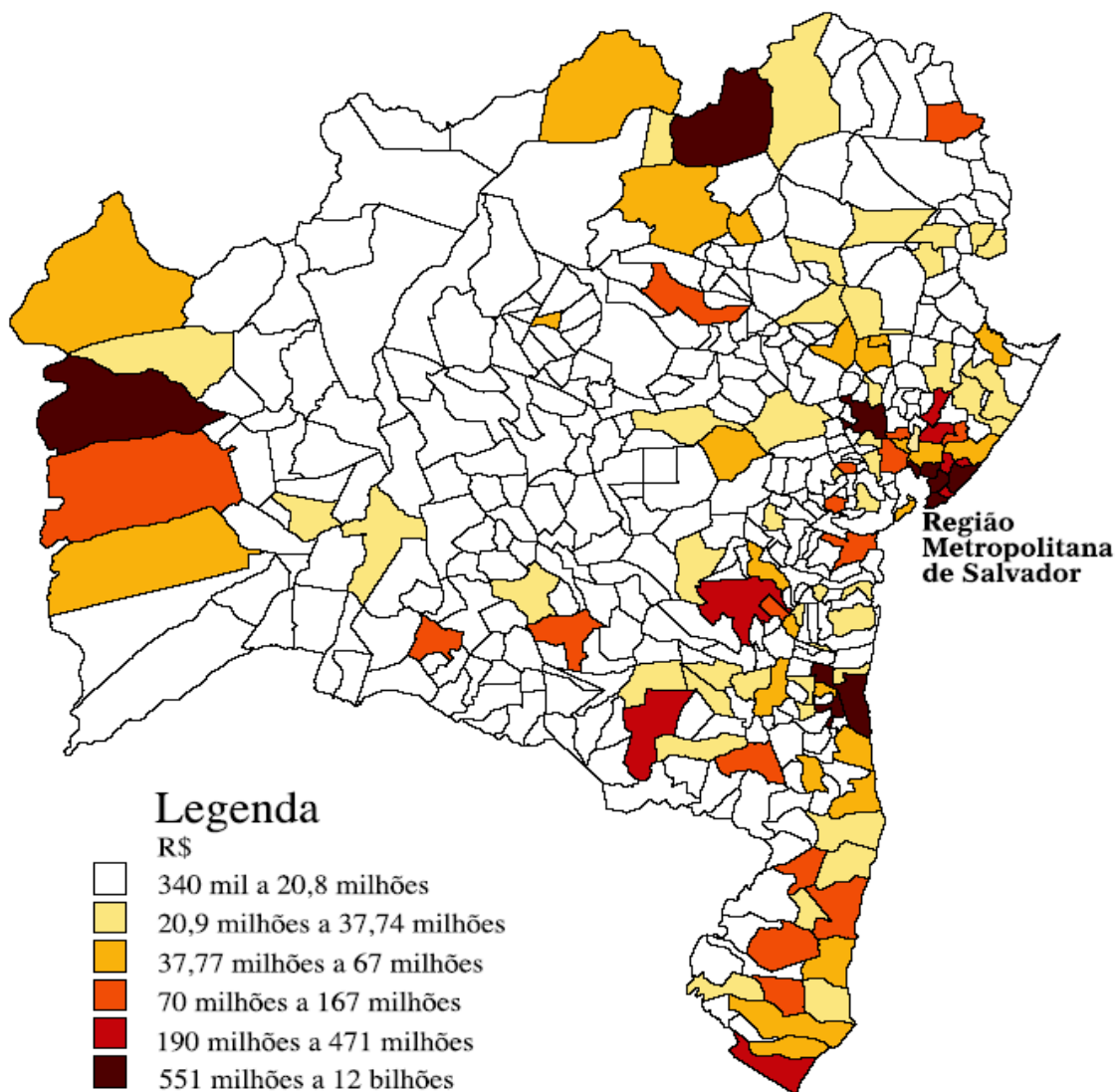


Figura 1: Concentração Industrial no Estado da Bahia em 1996
Fonte: IMIC, 1999

Esta situação de concentração da atividade industrial na Bahia em meados da década de 1990, conforme atesta o quadro acima, é fruto de um modelo de desenvolvimento que não levou em

conta as vantagens advindas da descentralização. De fato, esta última viria a ser uma preocupação mais recente na questão relacionada ao desenvolvimento industrial do estado.

Não se pode deixar de informar que as mudanças daí advindas foram conseqüência, sobretudo, das transformações ocorridas em função da abertura econômica do país aos investimentos e às empresas externas, fato que acirrou a competitividade e determinou um novo olhar do poder público para a questão.

4.2 OS INCENTIVOS FISCAIS PARA A PROMOÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO MODERNA NA BAHIA

De acordo com Mehl (2002), o início das discussões acerca da descentralização industrial pode ser atribuído ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado por Celso Furtado, um dos mais importantes e destacados economistas do país ao longo do século XX.

Outro estudo que discutiu a descentralização industrial regional, ainda na década de 1960, conforme citado em tópico anterior, foi o Plano de Desenvolvimento para a Bahia (PLANDEB), que projetou um setor industrial objetivando um equilíbrio entre a produção de bens de consumo e de capital, além de enfatizar a prioridade para a especialização das grandes empresas produtoras de bens intermediários, aproveitando alguns recursos naturais à época abundantes na região, como o petróleo. É importante acrescentar que este plano foi coordenado por Rômulo Almeida, bacharel em direito que se dedicou às ciências econômicas e se tornou um dos maiores nomes da economia brasileira.

Destaca-se que embora fossem diferentes em sua essência, estes planos tinham duas coisas em comum. Primeiro: o período em que se desenvolveram (1959 a 1963); segundo: objetivavam estender as atividades industriais para áreas do território baiano até então pouco exploradas. O GTDN propunha a replicar o modelo de desenvolvimento do Centro-Sul no Nordeste brasileiro, além de focar o apoio à pequena e média empresa de produção local. O PLANDEB por sua vez, visava o abastecimento de bens intermediários para o mercado do Centro-Sul do Brasil.

A partir de 1960, o desenvolvimento da indústria baiana é marcado por uma maior participação do Governo Estadual com a criação de novas políticas de incentivos, cujo objetivo é promover uma diversificação na matriz industrial e uma maior dispersão das indústrias pelo estado. Em síntese, essas políticas tinham como objetivo dinamizar o setor industrial através de sua descentralização.

É nessa década que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pelo Governo Federal, associada com o Banco do Nordeste (BNB), também criado pelo Governo Federal, buscam gerir um conjunto de incentivos fiscais cujo objetivo era promover a industrialização da região nordeste e, por conseqüência, do Centro Industrial de Aratu, na Região Metropolitana de Salvador. Este evento surtiu os efeitos esperados. Em dezembro de 1969, cem projetos haviam sido aprovados (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). É o marco da mudança na indústria baiana que tinha a agroindústria como principal pilar. A partir daí, a indústria baiana começa a marcha rumo à produção de bens de consumo final.

No período atual, o desenvolvimento da indústria baiana ocorre em função das políticas de incentivo fiscal que passaram a visar os programas de atração de investimentos do governo estadual, que apoiaram, por exemplo, a implantação da montadora Ford e empresas sistemistas em Camaçari, além da vinda de unidades dos complexos calçadistas e do pólo de informática para Ilhéus.

Segundo Menezes (2004, p. 48):

A revitalização da economia baiana, que começa a ocorrer nos últimos anos da década de 90, combina, mais uma vez, elementos externos e internos. No front externo à Bahia, já foi mencionada a estabilização da economia, que favorece o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas na medida em que eleva particularmente o potencial de consumo dos segmentos menos favorecidos da população, o que propiciou a atração de setores produtores de bens salário. A retomada dos investimentos na economia brasileira, também resultante da estabilização, é o outro grande condicionante externo.

O autor afirma na citação os motivos externos da retomada do crescimento industrial no estado, entretanto, estes motivos serão somados a outros mais relacionados a incentivos fiscais e subsídios dos mais diversos, os chamados condicionantes internos.

Ainda segundo o mesmo autor acima citado,

É justamente a partir daí que começam a atuar os condicionantes internos, favorecendo o desempenho da Bahia. A atuação agressiva na guerra fiscal é um desses condicionantes. Evoluindo de um programa geral como o ProBahia para programas específicos, como o BahiaPlast, o Procobre, os incentivos ao desenvolvimento da informática no pólo de Ilhéus, o Agrinvest e o esforço de atração da Ford, entre outros, a política de captação de investimentos assume maiores visibilidade e efetividade (MENEZES, 2004, p. 48).

De qualquer modo, a intensificação da participação governamental na indústria deu origem ao que se convencionou chamar de “Guerra fiscal”, entendida como a concorrência entre estados e municípios que começaram a fazer isenções fiscais para promover a instalação de indústrias em outros territórios (NERY, 2003).

Ainda a respeito da “Guerra fiscal”, Nery (2003) salienta que a prática de isenção passou por um período no qual perdeu a relevância, contudo, entre 1993 e 1994, essa prática ressurgiu de forma tão intensa que as concessões podem ser consideradas exacerbadas.

As políticas industriais do Estado têm se constituído de diversos programas a partir de 1990, com incentivos diferenciados concedidos pelo Governo Estadual para a instalação de indústrias que tenham como espaço de localização, regiões que com um menor número de indústrias, ou seja, em regiões mais distantes da RMS.

Foram implementadas inúmeros programas com o objetivo interiorizar a instalação de indústrias no Estado, mas o que se percebeu inicialmente foi a ocorrência do fortalecimento das regiões que já tinham certo desenvolvimento industrial, exceto as indústrias do setor de calçados (BALANCO; NASCIMENTO, 2005). Segue abaixo uma pequena lista deles:

- PROGRAMA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DA BAHIA (PROBAHIA): instituído pela Lei 6.335/ Decreto 840, tem o objetivo de promover a diversificação de indústrias, complementando a matriz industrial do estado, incentivando a interiorização da atividade industrial, bem como a renovação tecnológica. Sendo assim, tal programa é efetivado a partir da concessão do financiamento de até 75% das atividades industriais que estejam de acordo com os objetivos do programa e tendo por base os percentuais de arrecadação do ICMS que vierem a ser recolhidos pelo beneficiário;

- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (FUNDESE): instituído em 1992 pela Lei 6.445, tem a finalidade de promover programas de interesse do desenvolvimento social e econômico do estado, tendo em vista o Plano Plurianual, ou seja, tais financiamentos se destinam exclusivamente ao setor privado da economia e estão sujeitos obrigatoriamente ao pagamento de encargos financeiros;

- PÓLO DE INFORMÁTICA: instituído em 1996 pelo decreto nº 4.316 tem a finalidade de incentivar o desenvolvimento do setor de informática mediante o diferimento no valor do imposto cobrado pela importação de peças e acessórios de informática, desde que o importador esteja situado no município de Ilhéus;

- DECRETO 6.734: instituído em 1997, tem por finalidade conceder diferimento e crédito presumido de até 100% para empresas do setor automobilístico, de bicicletas, triciclos etc.;

- PROCOMEX (PROGRAMA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO EXTERIOR): instituído pela Lei 7.024/ Decreto 6.719, em 1997, tem por finalidade estimular as exportações de produtos fabricados na Bahia;

- PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA (BAHIAPLAST): instituído pelo decreto 7.439, em 1998, tem a finalidade principal de fomentar a instalação de novos empreendimentos industriais no segmento de transformação petroquímica e plástica;

- PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO, DA METALURGIA E DA TRANSFORMAÇÃO DO COBRE (PROCOBRE): instituído em 1999 pela Lei 7.508/ Decreto 7.699, tem por finalidade básica fomentar o desenvolvimento de indústrias dedicadas à mineração e à metalurgia do cobre. Este programa funciona através da concessão de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS em operações relacionadas à circulação de minérios de cobre. É importante salientar que este programa não logrou êxito, uma vez que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra ele cancelou suas funções;

- PROGRAMA ESPECIAL DE INCENTIVO AO SETOR AUTOMOTIVO DA BAHIA (PROAUTO): instituído pela Lei 7537, no ano de 1999, ele tem por finalidade estimular a implantação de empresas do setor automobilístico. Este programa se efetiva a partir do financiamento do capital de giro para as empresas fabricantes de veículos automotores;

- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DA BAHIA (DESENVOLVE): instituído pela Lei 7.980/01 em 2002, tem por finalidade fomentar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do estado. Este programa se efetiva a partir da dilação do prazo de pagamento de até 90% do saldo devedor do ICMS normal. O decreto que criou este programa, o Desenvolve, cancelou o Procomer, substituindo assim o PROBAHIA.

Conforme se pode verificar a partir da exposição dos programas de incentivo à atividade empresarial e industrial elencados acima, eles se caracterizam basicamente pela concessão de benefícios fiscais, uma vez que o governo tem por objetivo estimular a atividade industrial em localidades distantes do estado a fim de promover o desenvolvimento igualitário das regiões baianas.

E é exatamente esta a questão que se pretende analisar nesta pesquisa, ou seja, a capacidade desses condicionantes internos de promover o crescimento e a desconcentração industrial no estado da Bahia, ou, mais especificamente, o papel do PROBAHIA no desempenho recente da industrialização na Bahia.

4.2.1 PROBAHIA, DESENVOLVE, Crédito Presumido: mecanismos eficientes de incentivo à atividade industrial na Bahia?

Devido à falta de uma política de desenvolvimento regional por parte do governo federal, inclusive com o esvaziamento de instituições voltadas para esse fim, como foi o caso da perda de importância da SUDENE, os estados brasileiros, amparados pela maior autonomia política e financeira propiciada pela Constituição de 1988, partiram para o desenvolvimento de políticas próprias de atração de investimentos, por meio da concessão de incentivos fiscais. Neste sentido, o governo da Bahia pode ser considerado como um dos primeiros a lançarem um programa de incentivo com esta finalidade.

O Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA) é uma das políticas de incentivo que buscam expandir a base produtiva com a implantação de novos investimentos. Este programa foi instituído pela Lei nº 3.335, de 31 de outubro de 1991, cujas isenções no Imposto sobre Circulação de Materiais (ICMS), podem chegar a 75% para a indústria que aderir ao programa. Este percentual varia de acordo com a região na qual a indústria se instala e, com o passar do tempo, as isenções fiscais declinam (NERY, 2003). Este programa se caracteriza, sobretudo, pela sua amplitude. Entretanto, diversos outros programas mais específicos foram implantados a partir de 1995.

Com ele, o governo da Bahia procura realizar concessões de incentivos fiscais, financeiros e o desenvolvimento da infra-estrutura em municípios localizados dentro e fora da Região Metropolitana de Salvador. Tais isenções são planejadas de forma a propiciar a instalação de indústrias pelo interior do estado.

Nota-se que a partir de meados dos anos 1990 a participação da atividade industrial na Bahia cresceu. Sua evolução apresenta-se de forma diferente se comparada com períodos anteriores, mesmo o governo direcionando políticas para locais onde já existia uma atividade industrial, verifica-se que ocorreu uma interiorização mesmo não atingindo todas as regiões do estado.

Passada a década de 1990, a Bahia continua tendo como uma de suas principais características, no que tange ao setor industrial, a criação de programas que objetivam a ampliação e a diversificação da malha industrial do estado (SANTOS, 2007). Um destes programas é o já mencionado PROBAHIA que entre os anos de 1992 a 2001 aprovou 273 projetos que culminou na geração de 42.477 postos de trabalho, como mostra a tabela baixo.

Informações econômicas					
Ano	Nº de projetos	Mão de obra	U\$\$ mil Investimentos	Geração de ICMS	Financiamento
1992	25	3.904	409.700	386.531	183.817
1993	31	1.597	189.469	170.536	84.280
1994	44	3.430	390.501	199.570	75.306
1995	24	1.159	51.616	94.142	35.954
1996	31	4.709	342.419	405.735	138.226
1997	17	1.000	341.295	402.914	164.014
1998	51	19.393	826.181	495.883	216.113
1999	26	4.086	251.153	263.757	115.886
2000	10	2.346	427.414	740.239	346.144
2001	14	853	79.748	300,073	118.427
Total	273	42.477	3.309.496	3.462.380	1.478.167

Quadro 2 : Projetos Aprovados pelo PROBAHIA, 1991-2001.

Fonte: BAHIA, apud SANTOS, 2007

A partir do PROBAHIA, pode-se verificar que houve uma dispersão industrial principalmente do setor de bens de consumo final.

A indústria calçadista beneficiada com o Crédito Presumido evidencia nos últimos anos a instalação de indústrias fora de RMS. Empresas como Azaléia (Itapetinga), Ramarim (Jequié), entre outras, são exemplo dessa dispersão. Mas isso não significa que esta dispersão alcançou os objetivos esperados. Ainda é percebida a concentração, isto é, um maior investimento direcionado para a RMS, de modo que se pode afirmar que a dispersão até aqui percebida não provocou a transformação esperada na distribuição do setor industrial do estado baiano. Para Santos (2007), trata-se de uma interiorização industrial limitada.

Enquanto o PROBAHIA funcionava a partir da iniciativa do governo de devolver, sob a forma de financiamento, até 75% do ICMS pago pela empresa, o governo, sentindo a necessidade de adotar uma política mais agressiva de incentivos fiscais para atração de empresas de setores estratégicos para o desenvolvimento industrial baiano, lança, em 1995, o Programa de Crédito Presumido, que tinha como objetivo criar incentivos específicos para cada setor econômico, entre eles, o de calçados, móveis, têxtil, cerâmica, informática, eletrônica, telecomunicações e o automotivo.

Este programa funciona a partir da isenção de parte do ICMS, segundo os seguintes critérios:

- Veículos automotores, insumos, componentes, peças, partes, conjuntos e subconjuntos até 75% do imposto incidente nos primeiros 5 anos e até 37,5% do 6º. ao 10º. ano;
- Calçados e componentes até 99% por até 20 anos;
- Móveis até 90% do imposto incidente por até 15 anos;
- preservativos de 70% nos 10 primeiros anos;
- processamento e conservação de peixes e crustáceos 90% nos primeiros 10 anos;
- artigos sanitários de cerâmica, azulejos e pisos até 85% por até 10 anos;
- fiação, tecelagem e confecções até 90% por até 15 anos.

Além desses, diferimento de ICMS incidente sobre entradas do exterior de matérias-primas, componentes e embalagens desde que não existam similares no mercado interno, sobre máquinas e equipamentos e de matérias-primas vindas de outros estados.

Dessa maneira, a renúncia fiscal tinha na contrapartida os investimentos feitos pelas empresas, a geração de ICMS e de empregos, a fim de que os benefícios trazidos por elas para o estado fossem superiores ao que o governo estava renunciando de ICMS a favor delas.

Já em 2001, através da Lei 7.980, ficou instituído o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, que, se não se colocava como um programa dirigido especialmente para um setor ou região, procurava priorizar setores econômicos e espaços do território baiano.

A proposta fundamental do DESENVOLVE é fomentar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial, com formação de aglomerados industriais e a integração de cadeias produtivas consideradas relevantes à economia do estado, particularmente em função da geração de emprego e renda. Para tanto, o Programa prevê a possibilidade de concessão de dilação do prazo de pagamento de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72

meses. Os pagamentos antecipados do montante devido poderão gerar descontos de até 90% sobre a parcela do imposto cujo prazo foi dilatado.

Para que o programa gere benefícios, o projeto considera prioritariamente a localização espacial e o poder de integração de cadeias produtivas do investimento. Dessa maneira, o segmento de transformação do plástico, em algumas regiões da Bahia, acabou se apresentando como uma das prioridades consideradas pelo Desenvolve.

Para que se possa ter uma idéia da efetividade destes programas, analisa-se abaixo um quadro referente aos investimentos realizados por subsetor realizados na Bahia no período de 1994 a 2004.

Tabela 5: Investimentos Realizados e Empregos Gerados na Indústria de Transformação, Segundo o Eixo de Desenvolvimento, 1994-2004.

Eixo Econômico	Investimentos* (bilhões R\$)	%	Empregos Previstos**	%
Total	13,4	100,0	96.883	100,0
Baixo Médio São Francisco	0,2	1,1	7.641	7,9
Chapada Norte	0,2	1,5	4.263	4,4
Extremo Sul	1,7	12,4	4.810	5,0
Grande Recôncavo	0,8	5,8	24.239	25,0
Mata Atlântica	0,4	2,8	10.679	11,0
Metropolitano	9,3	69,4	27.015	27,9
Oeste do São Francisco	0,3	2,1	1.174	1,2
Planalto Central	0,2	1,7	5.424	5,6
Planalto Sudoeste	0,4	2,9	9.868	10,2

Fonte: BAHIA, 2005

Este quadro mostra claramente que mesmo com os incentivos se concentraram na região metropolitana, onde, desde a chegada dos portugueses, foram organizadas as atividades econômicas importantes. Foi lá que, desde cedo, organizou-se uma infra-estrutura que se constituiu enquanto atrativo para o capital, tornando evidente que as empresas não se dedicam a investir ou desenvolver regiões tradicionalmente a margem do processo de acumulação. Assim, os capitais vão para onde já existe uma estrutura passível de ser utilizada na sua valorização, prevalecendo, dessa maneira, a lógica do mercado.

O quadro abaixo demonstra como a despeito da enorme área e das possibilidades das regiões do interior, parte significativa dos empregos continuam a ser gerados pela região metropolitana.

Tabela 6: Comportamento do Mercado de Trabalho Formal na Bahia em 2009 e nos últimos 12 Meses.

Área Geográfica	Total de Admitidos	Total de Desligados	Saldo (Adm.-Deslig.)	Varição %	%
Janeiro de 2009					
Bahia	47.677	48.594	-917	100,0	-0,07
RMS	23.580	24.726	-1.146	100,0	-0,16
Interior	24.097	23.868	229	-	0,04
Últimos 12 meses					
Bahia	610.811	573.520	37.291	100,0	3,06
RMS	303.705	282.883	20.822	55,8	3,26
Interior	307.106	290.637	16.469	44,2	2,63

Fonte: BRASIL, 2009

5 CONCLUSÃO

A busca de maior eficiência produtiva, com elevação das escalas operacionais, - fruto da abertura econômica realizada pela nação a partir do governo Collor, uma vez que a concorrência internacional passou a ser um elemento fundamental do jogo empresarial de então, - caracterizaram os investimentos da expansão da base produtiva como primeiro movimento da retomada do crescimento industrial baiano iniciado em meados da década de 1990.

Dessa maneira, os investimentos de ampliação da Refinaria Landulfo Alves e da Copene, além de um conjunto de empreendimentos na indústria petroquímica, tanto em plantas novas quanto na ampliação das existentes foram algumas das ações realizadas em função do crescimento e da ampliação da economia baiana. Em levantamento realizado em 1997, Uderman e Menezes (1998) apontam que 44,3% do valor dos investimentos previstos naquele período destinavam-se à ampliação de plantas já instaladas.

Como segundo movimento, há a implantação de indústrias de bens leves de consumo, com os primeiros anúncios acontecendo a partir de 1996. Casos típicos são os das empresas de calçados, que começaram a vir para a Bahia em busca de mão-de-obra barata e incentivos fiscais, beneficiadas também pela expansão do mercado regional.

As indústrias calçadista, têxtil e de confecções, que representavam, no levantamento anterior, 0,9% do valor dos investimentos, atingiram na atual totalização o equivalente a 6,9%. Alguns investimentos nas áreas de Alimentos e Bebidas, caracterizados pela produção em multiplantas, também se incluem nessa classificação.

Ao contrário do que ocorre com os segmentos ligados à expansão da base produtiva, tais indústrias são menos concentradas espacialmente. Dessa forma, o estímulo a novos investimentos nesses setores deve ser considerado em qualquer política atual de desconcentração da atividade econômica.

A chamada verticalização com adensamento de cadeias é o movimento mais facilmente observável nos últimos anos na economia baiana. Embora associados a realidades distintas, os investimentos na transformação petroquímica, e na produção de plásticos em geral, alguns

empreendimentos do agribusiness e, potencialmente, as indústrias eletrônica e automotiva são os exemplos mais claros deste terceiro momento do desenvolvimento industrial baiano recente.

É de fundamental importância destacar que todo este movimento em direção à desconcentração da produção industrial e mesmo em direção à diversidade da produção industrial reflete, sobretudo, o princípio federalista determinado pela Constituição de 1988, que visa, sobretudo, dar às entidades subnacionais maior na autonomia para a resolução de seus problemas.

Dessa maneira, tal Constituição permite aos seus membros federados liberdade o suficiente para estimularem a sua estrutura industrial a partir da concessão de benefícios fiscais. Tais benefícios, inegavelmente, têm produzido resultados, uma vez que a disseminação da atividade empresarial no centro-oeste do estado, bem como no sul, e mesmo a diversificação da produção industrial têm feito parte da realidade econômica do estado nos últimos anos.

Os indicadores, no conjunto das fábricas (unidades com números de empregados variados) mostram que a Bahia apresenta valores bastante superiores aos registrados para o Brasil e para todos os outros estados investigados, sobretudo no que diz respeito ao faturamento e valor da transformação por unidade local.

E isto se deve, sobretudo, aos diferenciais observados na faixa de unidades que empregam mais de 500 funcionários. Os indicadores mostram que a Bahia apresenta um desempenho muito maior que o Brasil, o que confirma a existência de um elevado índice relativo de concentração do faturamento e da produção empresarial nesse estado.

Tal fato demonstra que ainda há muito para ser feito e que os mecanismos de isenção fiscal funcionam apenas como uma espécie de paliativo, pois já há fatos suficientes para se saber que a desconcentração industrial irá ocorrer de modo cada vez mais efetivo quando houver uma uniformidade no estado das condições infra-estruturais capazes de favorecer indústrias de determinado setor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tarcisio Patricio; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. **Nordeste: economia e mercado de trabalho**. São Paulo: Estudos Avançados, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 out. 2008.

BAIARDI, Amílcar; MENDES, Janúzia. **A essencialidade do progresso técnico no desenvolvimento regional e os novos instrumentos de intervenção estatal: política industrial e lei de inovação**. Salvador: SEI, 2004. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/retros2004/amilcarbaiardi_januziamendes.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2007.

BALANCO, Paulo; NASCIMENTO; Marcelo Xavier. Comportamento espacial e estrutural da indústria baiana no período 1994 – 2003. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 3, n. 5, p. 7 – 29, set. 2006.

_____. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período 1990 – 2000. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 35 – 59, set. 2005.

BASTOS, E.M.V. **Ciência, tecnologia e indústria no Brasil dos anos oitenta – o colapso das políticas estruturantes**, 1996. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, 1996.

BRITO, Cristóvão. Grande corporação e estruturação da região industrial e urbana nos arredores de Salvador. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 37 – 56, set. 2004.

DARZÉ FILHO, Elias. **A problemática da verticalização com o adensamento da estrutura industrial da Bahia**, 2002. Monografia (Pós-graduação em Economia Baiana).- UNIFACS, salvador, 2002.

FERNANDES, Cláudio Monteiro. **Visão geral da indústria baiana nos anos 90**. Salvador: SEI, 2002. p. 53 – 64.

FERREIRA, Eurico Rocha Barbosa. O crescimento recente da economia cearense. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 157-180, 1995.

FILGUEIRAS, Luís. **A história do plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIEB. **Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia**. Salvador, 1998.

GOODMAN, David E.; SENA, Júlio F. Ferreira; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Os incentivos financeiros à industrialização do Nordeste e a escolha de tecnologias**. Rio de Janeiro: FLAN, 1971. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/205/139>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

GUERRA, O. F.; GONZALEZ, P.S.H. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 37-76, jan-mar. 1996.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A experiência recente da política industrial no Brasil: uma experiência.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_409.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.

LUZ, Adilson Bastos. **Transportes, localização e aglomeração – uma introdução informal.** Salvador: SEI, 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoessei/bahiaanalise/analise_dados/pdf/logistica/pag_285.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2007.

MENEZES, V. B. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana.** Salvador, 2002. (Séries Estudos Estratégicos).

_____. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, v. 4, n. 4, maio 2001.

MEHL, Tereza Guedes. **A evolução do planejamento regional do Brasil.** Salvador: UNIFACS, 2002. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7BE4DF8D10-054E-4874-9343-B5BF8BC7890%7D_Artigo_04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

NERY, Maria Goreth e Silva. **O pólo calçadista de Itapetinga (BA): um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial.** 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2003. Disponível em: <www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/get.php/2254/nery_mgs_me_rcla%20.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2007.

OLIVEIRA, Érico. **Desafios e perspectivas do Pólo Industrial de Camaçari como vetor de desenvolvimento regional.** Camaçari: COFIC. 2007. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/Polo30anos/Informacoes/Informaco...doc>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

PETITINGA, Luiz Alberto B. **A indústria baiana na década de 90.** Salvador: SEI. 1999. p. 78-97.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva.** Rio de Janeiro: Campus. 1998.

PORTO, E. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). **Bahia século XXI.** Salvador: Seplantec, 2002.

ROCHA, Antonio Glauter Teófilo. A evolução da política industrial da Bahia: uma abordagem institucionalista. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 65 – 82, mar. 2006.

SANTOS, João Paulo C. O crescimento industrial baiano: uma breve exposição da contribuição setorial. **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 129, fev. 2005.

SANTOS, Fabiana Karina Pacheco dos. Uma análise da política de atração de investimentos na Bahia na década de 90. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 16, n. 4, p. 891-918, jul./set. 2007.

SILVA, Edson A. S. Reflexos da globalização na distribuição espacial dos investimentos industriais privados no estado da Bahia. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 635-643, jan./mar. 2007.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A petroquímica da Bahia em uma perspectiva histórica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 891-918, jul./set. 2007.

SUZIGAN, Wilson. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, Salvador, v. 16, n.1, jan. 1996.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 87-98, out. – dez. 1988.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 Anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

UDERMAN, Simone. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. **Revista Desenhahia**, Salvador, n. 3, p. 7 – 34, set. 2005.

UDERMAN, S. Alicerces do novo ciclo. **Bahia Indústria**, v. 4, n. 46, p. 16-17, out. 1996.

_____; MENEZES, V. Crescimento e investimentos. **Bahia Indústria**, v. 4, n. 49, p. 13-15, jan. 1997.